



ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA POLITÉCNICA

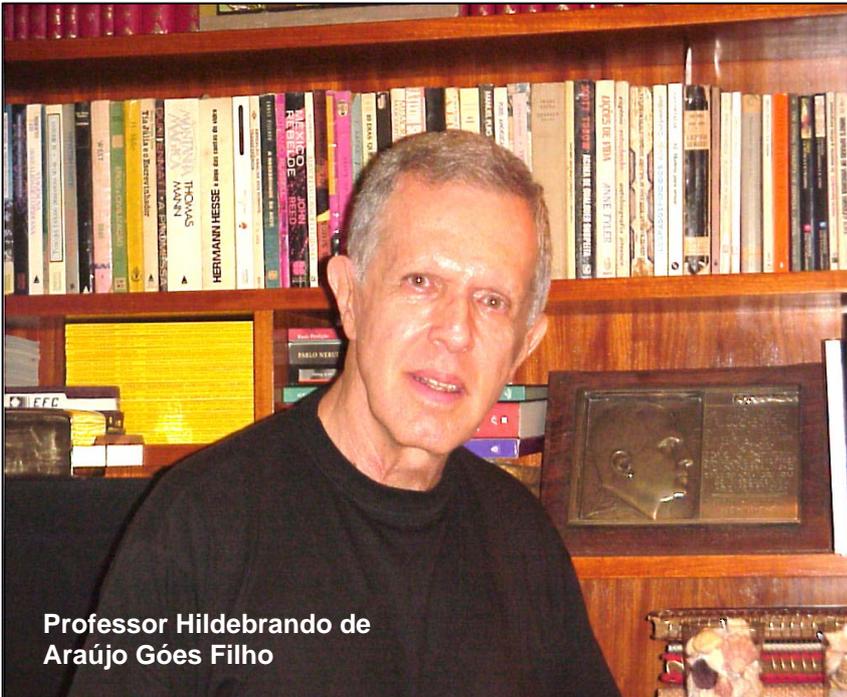
ESCOLA POLYTECHNICA - ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA
ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFRJ - ESCOLA POLITÉCNICA DA UFRJ

Boletim de divulgação oficial da A³P – nº 149 – janeiro de 2005
Largo de São Francisco de Paula – nº 01 – Centro – Rio de Janeiro – Tel/Fax: (21) 2221 2936

CEP: 20051-070

E-mails: a3p@poli.ufrj.br – a3poli@ig.com.br

A transposição das águas do rio São Francisco



Professor Hildebrando de
Araújo Góes Filho

Entrevista colhida pelo professor Flavio Miguez de Mello, em 24 de janeiro de 2005, com o professor Hildebrando de Araújo Góes Filho.

Associação dos Antigos Alunos da Politécnica

Desde o final do Segundo Reinado, ainda no século XIX, se tem estudado a transposição das águas do Rio São Francisco para outras áreas do Nordeste submetidas à seca, irrigando-se, assim, diversas regiões não pertencentes à bacia hidrográfica deste rio, desde o Ceará até a Paraíba. No Brasil, importantes transposições já foram realizadas há mais de 50 anos, como a do Tietê/Pinheiros e a do Sistema Juqueri, em São Paulo, para abastecimento de água da capital e a dos rios Paraíba do Sul e Pirai, no Rio de Janeiro, com finalidade de geração de energia elétrica e abastecimento de água de municípios da Baixada Fluminense e da cidade do Rio de Janeiro. Também, há mais de meio século foram implementadas nos EUA diversas derivações de cursos de água, sendo a mais notável a do Rio Colorado no *Central Valley Project*, para fins de irrigação. Considerando as sucessivas catástrofes geradas pelas secas que assolam o Nordeste, um projeto das dimensões da derivação do Rio São Francisco seria justificável? A tecnologia à época do Império, após a grande seca de 1877 e da primeira metade do século XX era adequada para implementação do projeto? E utilizando nossa tecnologia atual?

Professor Hildebrando de Araujo Góes Filho

Avaliamos que a tecnologia disponível, na passagem do século XIX para o século XX, não seria apropriada a um projeto de tal monta. As principais obras de infraestrutura realizadas à esta época como os portos nacionais, (à exceção do Porto de Santos), por exemplo, foram executadas por empresas estrangeiras. Mesmo pensando-se na execução da obra por meio dessas empresas, a obra seria de grande complexidade com os recursos tecnológicos existentes na ocasião. É de se lembrar que a primeira tentativa de abertura do Canal do Panamá, na virada para o século XX, redundou num enorme fracasso, causando a falência da empresa do francês Ferdinand de Lesseps, que havia sido o executor do Canal de Suez.

Também naquela ocasião, não existia nenhuma preocupação ambiental, o que, certamente é um fator ponderável para se levar em conta, aos olhos de hoje, num projeto de tal porte. Finalmente, convém lembrar que ainda não haviam sido construídas grandes barragens no País e o projeto atual de transposição prevê que a captação se inicie no reservatório de uma das barragens existentes no rio São Francisco. Hoje, a execução do projeto de transposição não seria um desafio semelhante, sob o ponto de vista tecnológico. Na verdade, não existe nenhum problema mais complexo na execução da obra. Os aspectos mais discutíveis da transposição não estão, portanto, relacionados à execução da obra, mas a fatores de outra ordem, inclusive ambiental.

A³P - O projeto está bem definido para que a construção se inicie em curto prazo?

HAGF - Ainda não existe um projeto detalhado da transposição, o que deverá ser realizado previamente à contratação da construção e dos equipamentos.

A³P - Como vê a situação ambiental do Rio São Francisco atualmente?

HAGF - O Rio São Francisco vem tendo sua bacia degradada há muitos anos. O equilíbrio ambiental do curso d'água apresenta uma situação bastante delicada. Quando a barragem de Três Marias foi construída, na década de 1950, levou-se em conta

unicamente a geração de energia elétrica, tendo sido postos de lado os aspectos de navegação e outros tipos de aproveitamento do rio. Atualmente, a regularização de descargas realizada pela CEMIG com a finalidade de se otimizar a geração de energia para o aproveitamento hidrelétrico causa, em muitas ocasiões, problemas para a navegação fluvial entre Pirapora, em MG, e Juazeiro, na BA, no trecho imediatamente à jusante da barragem.

A³P - Os impactos para as regiões à jusante da captação de água (Alagoas, Sergipe e parte da Bahia) serão ponderáveis?

HAGF - A descarga derivada para o projeto de transposição, de cerca de 200 m³/s, não seria o aspecto mais questionável da derivação, equivalendo a cerca de 10% da vazão regularizada do baixo São Francisco. Estima-se, portanto, que os prejuízos ocasionados para os estados situados a jusante da captação não sejam relevantes. De qualquer forma, parece justo que os estados situados à montante da captação do projeto de transposição, como Minas Gerais e Bahia, devam obter algum tipo de compensação por essa retirada de água. Juntamente com o projeto de transposição, deveria ser implantado um plano de recuperação da área a bacia hidrográfica de montante do projeto, que vem sendo fortemente deteriorada ao longo do tempo, com a consequente diminuição das vazões e o empobrecimento das terras ribeirinhas, o que também obviamente prejudica os estados de jusante.

A³P - O orçamento de US\$ 2 bilhões é confiável?

HAGF - O orçamento atual é baseado em um projeto preliminar. Não se pode julgá-lo confiável, portanto. Em tais casos, usualmente, os orçamentos costumam sofrer alterações para cima. Tal ocorreu com quase todos os mega-projetos implantados no País nas últimas décadas, como Itaipu, Tucuruí e a Ferrovia do Aço, para citar alguns dos mais conhecidos.

A grande exceção a tal prática foi o Projeto Carajás, que se manteve dentro do orçamento inicial. Isto se deveu precisamente ao fato de que, previamente ao início das obras e à compra dos equipamentos o Projeto Carajás dispunha de um projeto detalhado de alta qualidade, executado por empresas de consultoria brasileiras, sob a coordenação da Companhia Vale do Rio Doce.

A³P - Alguns outros exemplos de projeto bem realizados são as obras de Furnas, como as Usinas de Estreito, Marimondo e Itumbiara. Estamos "puxando a brasa para nossa sardinha", evidentemente. Quem deverá ser o órgão responsável pela implantação da transposição?

HAGF - Esta é uma questão de resposta difícil... O DNOS e a SUDENE, foram extintos e seus técnicos desativados; o DNOCS encontra-se bastante fragilizado. O Ministério da Integração Nacional não tem estrutura técnica para essa complexa empreitada. Entretanto, deverá se chegar a um projeto executivo bem realizado, previamente à contratação das obras. Também será essencial se contratar uma gerenciadora de projetos de grande experiência, para conduzir todo o processo. No entanto, ainda não se divulgaram propostas nesse sentido.

A³P - Qual seria a qualidade do projeto com base na lei 8666?

HAGF - É fundamental que se execute um projeto detalhado de boa qualidade. Deverá, portanto, ser feito um edital que garanta a realização do projeto por empresas de elevada capacidade técnica. Como se sabe, a consultoria de engenharia brasileira foi bastante prejudicada, nas últimas décadas. Da mesma forma, a gerência de grandes projetos existente no País também sofreu, mercê da dramática diminuição do ritmo de obras verificada nas últimas

décadas. Hoje, certamente será mais difícil a remontagem de equipes de engenharia de alta qualificação, como se fará necessário. Este projeto deverá ser, portanto, um desafio importante para a engenharia brasileira, ou do que dela restou.

A³P - Fala-se também na derivação do Rio Tocantins...

HAGF - Em nossa avaliação, tal idéia é um desvario, neste momento. As distâncias a serem transpostas, neste caso, são imensas, o que tornaria extremamente cara essa implantação. Outros projetos de transposição de bacias existentes no mundo, como o Projeto NAWAPA, entre o Canadá e os Estados Unidos, vêm sendo paulatinamente adiados, em função de seu alto custo e de seu impacto ambiental negativo. Um projeto de tal monta só poderá ser encarado a sério no futuro, após se esgotarem todas as alternativas que se revelem mais em conta.

O Professor Hildebrando de Araujo Góes Filho foi destacado engenheiro da Companhia Vale do Rio Doce, com participação ativa no Projeto Carajás. Foi Presidente da CEDAE, Presidente do Clube de Engenharia, e é professor por mais de três décadas da Escola Politécnica, tendo sido Chefe do Departamento de Recursos Hídricos e Meio Ambiente até 2004, além de Conselheiro da A³P.

Frases que marcaram entre este boletim e o anterior

► "Obviamente que sempre haverá aqueles que vão dizer que o ideal é ter ensino público e gratuito para todo mundo, sempre. Isso pode ser uma tese, porque o Estado nunca vai ter condições de bancar a totalidade. Sempre haverá universidade particular."

Presidente Luis Inácio Lula da Silva, surpreendendo ao contestar um dos dogmas da esquerda e do movimento estudantil, ao sancionar a lei que cria o ProUni em 13 de janeiro.

► "Disse ao Tarso (Genro) que era preciso conversar com os companheiros da UNE, porque, historicamente, tínhamos um viés ideológico em que a gente gritava "ensino público e gratuito para todo mundo" na frente de um monte de jovens."

Presidente Luis Inácio Lula da Silva, ao tentar se justificar de mudança de posicionamento, em 13 de janeiro.

► "No Brasil sempre foi assim; na hora em que o pobre conquista um milímetro de espaço, ele incomoda. Mesmo que não tenha tirado um milímetro de espaço dos ricos, eles ficam incomodados."

Presidente Luis Inácio Lula da Silva, em viés de luta de classes, falando sobre a política racial de cotas, em 13 de janeiro.

► "Pela primeira vez vocês têm um presidente e um vice-presidente que não têm um diploma universitário(...). Mas se conseguirmos atingir a linha de corte, vão dizer: isso é proteção porque ele foi presidente."

Presidente Luis Inácio Lula da Silva, ao se dirigir à platéia presente à solenidade de sancionamento da lei que institui o ProUni, usando um boné do MSU (Movimento dos Sem Universidade), em 13 de janeiro.

► "Espero que o ProUni não seja uma mentira como foi a Lei Áurea."

Solange Aparecida Ferreira, integrante do movimento Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, adicionando que quem é contrário ao ProUni e ao sistema de cotas deve deixar o País, sob gritos vindo da platéia de "Che, Zumbi e Antônio Conselheiro", na instalação do ProUni, em 13 de janeiro.

► "Por ser uma questão ideológica, contra a qual argumentos racionais têm peso relativo, o governo federal continua decidido a instituir o cartório das cotas no ensino superior, revogando o princípio do mérito, e assim pondo em risco a qualidade da próxima geração de profissionais. E isso num mundo cada vez mais competitivo, em que o sucesso ou o fracasso dos países depende, em larga medida, da capacitação do seu povo. Nem mesmo resistências e ponderações no próprio meio acadêmico são levadas em conta como aconteceu com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a maior das universidades federais."

Extrato do editorial de O Globo sobre cotas raciais, em 17 de janeiro.

► "O indivíduo que deseja aprender aprenderá independentemente das cotas raciais, as quais considero um insulto a todos os brasileiros brancos, pretos, amarelos.

Em vez de gastar o dinheiro público implementando uma política racista, o governo deveria estar construindo mais escolas e universidades.

Joseph de Moura, sobre as propostas de reforma universitária, em 27 de dezembro.

► "Sou contra as cotas, apesar de reconhecer a extrema desigualdade de condições que existe entre os sistemas público e privado de ensino, por temer que isso possa tirar qualidade das faculdades públicas (...). Cotas para negros eu acho um absurdo, pois brancos pobres sofrem tanta discriminação quanto negros pobres.

André Mendes, comentando os critérios raciais do projeto da reforma universitária, em 27 de dezembro.

► "Só o governo de boa vontade do presidente Lula não sabe que o ensino fundamental vai mal, e que não dá para entrar numa universidade sem saber interpretar textos ou fazer operações básicas de aritmética. Mas nosso governo finge que essa é uma questão de classes sociais e não de incompetências de governos que não conseguem dar atenção ao básico, ou seja, educação de boa qualidade para todos."

Solange Delocco Coutinho, ao comentar a notícia que 47 mil vagas do Prouni não puderam ser preenchidas porque os estudantes não conseguiram a nota mínima no exame do Enem, em 22 de dezembro.

► "O Ministério da Educação parece acreditar que vai resolver o problema do ensino superior concedendo isenções fiscais a universidades particulares que concederem vagas a jovens carentes. Enquanto isso as universidades federais continuam com deficiências crônicas, em grande parte provocadas pela falta de uma política de investimentos do MEC."

Rogério Castro, comentando a perda de receita com o Prouni e a carência de recursos para as universidades federais, em 23 de dezembro.

► "Todos indicadores educacionais mostram problemas. Na educação fundamental, há 97% de crianças matriculadas mas que não aprendem. No ensino médio, as matrículas não chegam ainda a 30%. A Argentina tem 60%. Se o Brasil quiser incrementar a matrícula, não há professores capacitados e escolas preparadas. A população universitária é muito baixa, de 9%. (...) Nesse segundo ano de governo, o presidente Lula começou a falar muito mais de educação (...)mas a educação não é uma prioridade."

Jorge Werthein, representante no Brasil da UNESCO, em 17 de dezembro.

► "O PT fala no Fundeb desde os tempos de oposição e, em dois anos, não conseguiu sequer botar a proposta no papel. Pior, alternou prioridades e tirou o foco do ensino básico, que é o que o Brasil precisa até o fim da década."

Professor Paulo Renato Souza, ex ministro da Educação, em 17 de dezembro.

► "As camadas de baixa renda tem baixíssima escolaridade de nível médio. Muitos (estudantes) não tem nem o ensino fundamental. Essa é uma frase do ministro da Educação, Tasso Genro. Ele está coberto de razão. Pena que só agora esteja chegando perto de perceber as consequências disso. Talvez já entenda que o programa Universidade para Todos, que lançou no ano passado, é um equívoco, a partir do nome (...). Um programa certo teria o apelido

bem mais comprido: Bom Ensino Básico Para Todos, Universidade para Quem Quiser e Precisar. Infelizmente o título é pouco dramático, não cabe em manchetes. Pior, é coisa de longo prazo.”

Luiz Garcia, jornalista, em 11 de janeiro

► Mesmo que se recorra ao golpe baixo para redução das notas mínimas, e ainda que as universidades criem programas especiais para ajudar os candidatos, qualquer técnico de quinto escalão do MEC pode explicar ao ministro (da Educação) que educação de emergência é uma contradição em termos.”

Luiz Garcia, jornalista, em 11 de janeiro

► “O anteprojeto de reforma universitária, em discussão pública até 15 de fevereiro, é assim: uma leitura ligeira dá a impressão de que ele veio para reforçar a liberdade acadêmica, dar autonomia às universidades e impedir que o ranço ideológico atrapalhe o desenvolvimento científico. Mas é o contrário: ele é dirigista e levará a universidade pública e privada, à tutela do governo e de movimentos sociais.”

Ali Kamel, jornalista, em 11 de janeiro.

► “Está em curso um verdadeiro desmonte das universidades brasileiras, públicas e privadas, federais e estaduais, pelo anteprojeto de lei elaborado pelo Ministério da Educação. Com um vocabulário pretensamente social, o projeto visa ideologizar o ensino superior, estabelecer formas de controle partidário por organizações ditas sociais e abolir o mérito como critério do conhecimento. Como foi muito bem analisado por dois editoriais do Estadão (16 e 17/01/2005), estamos diante de uma renovação do *sovietismo*, ou ainda, de uma subordinação do conhecimento a critérios determinados como sociais por burocratas de coloração partidária. O ministro mudou de pasta, porém não de concepção, que continua enraizada em suas antigas idéias revolucionárias.”

Denis Lerrer Rosenfeld, professor de filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 23 de janeiro.

► “Na eleição direta para Reitor, não é exigido (pelo projeto da reforma universitária) que ele seja um professor titulado. Porque não um funcionário da segurança ou um aluno do primeiro ano?”

Denis Lerrer Rosenfeld, professor de filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 23 de janeiro.

► “Sob pretexto de regulamentar a autonomia há muito almejada

pelas universidades, o governo pretende criar todo um processo de ingerência nas instituições de ensino superior, desconsiderando o mérito como valor universitário central. Quando se limita o saber a diretrizes administrativo-ideológicas desse tipo, o preço a ser pago é alto demais, pois as gerações futuras e o próprio país ficarão com essa conta, impagável em termos de conhecimento e atraso.”

Denis Lerrer Rosenfeld, professor de filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 23 de janeiro.

► “O anteprojeto (da reforma universitária) é dirigista e levará a universidade, pública e privada, à tutela do governo e de movimentos sociais. As universidades terão de estar voltadas *especificamente* para o desenvolvimento regional, segundo interesses nacionais definidos pelo governo. Serão criados conselhos comunitários sociais, compostos *majoritariamente* por pessoas externas às universidades, ligadas a entidades de fomento, de classe, sindicais e da sociedade civil. A esses conselhos caberá *examinar* o cumprimento das regras estabelecidas pelo anteprojeto, e seus relatórios deverão ser levados *obrigatoriamente* em conta pelo MEC. Isso atenta contra o espírito livre que deve reger a ciência. (...) não se pode de maneira nenhuma, decretar que as universidades públicas e privadas devam ser voltadas *especificamente* para o desenvolvimento regional, segundo interesses nacionais, determinados pelo governo. Isso atenta contra a liberdade acadêmica e contraria o espírito livre que rege a busca do conhecimento, que estão garantidos pela Constituição. (...) Um cientista deve, como estabelece a Lei de Diretrizes e Base da Educação, estudar todos os problemas do *mundo* e não apenas aqueles que o governo do momento considera prioritários.”

Ali Kamel, jornalista, sobre a reforma universitária proposta pelo governo federal, em 25 de janeiro.

► “Ele (ministro da Educação) não o faz porque sabe que esse inciso dá bem a medida de como as cotas raciais são inconstitucionais: discriminar alguém, mesmo positivamente, é algo que a Constituição veda. (...) não faz sentido que a afirmação de que eu quero que as universidades não se subordinem à Constituição. O que eu quero é que o MEC não a desrespeite.”

Ali Kamel, jornalista, em resposta ao ministro da Educação, em 25 de janeiro.

Cotas raciais: Em breve um país dividido



Professora Yvonne Maggie

O ministro Tarso Genro iniciou o seu mandato em fevereiro de 2004. Dois dias antes da posse e logo depois de ser indicado para o cargo declarou-se contrário à política de cotas raciais: “As políticas de discriminação positivas não são políticas que necessariamente levem para cotas: -Elas podem buscar acabar com a discriminação nas suas fontes. No Brasil, os problemas racial e social estão fundidos. Então, é necessário que se tenha atenção não somente aos negros, mas também ao conjunto de pobres onde evidentemente há um contingente negro. Essa discriminação objetiva que foi produzida em função do sistema social precisa ser corrigida.”

No dia 24 de março disse ainda: “Raça e condição social estão integradas pela estrutura social perversa que herdamos. O ponto de partida é social, mas temos que combinar a reparação para negros. Só não podemos permitir que um negro pobre concorra com um branco pobre e um exclua o outro.”

Tarso Genro parece ter sido convencido rapidamente do contrário.

Nos meses que se sucederam tomou medidas nas quais pela primeira vez na nossa história introduziu-se o critério “racial” tanto para o acesso ao ensino superior público federal quanto para a concessão de bolsas de estudo e crédito educativo que permitem ampliar a cobertura do sistema privado de ensino superior. E no dia 10 de setembro instituiu o Programa Universidade Para Todos (Prouni). Nele se estabelece um percentual para negros e outras minorias entre as bolsas que serão ofertadas em troca de isenções fiscais. - No caso do crédito educativo o critério tradicional sempre foi o da carência. Estudantes pobres podiam se candidatar ao benefício. Agora, os negros terão 20% mais chances de conseguirem provar a sua cor. A exigência é que o candidato tenha uma certidão do pai ou da mãe na qual esteja firmada a raça do progenitor. Para a concessão de bolsas através do Prouni, o estudante também terá que provar além da carência a sua cor, assim instaurando o que o ministro dissera que não queria fazer: a concorrência entre “negros” e “brancos” pobres.

No projeto de lei enviado ao Congresso a reserva de vagas nas universidades federais será de 50% para estudantes de escolas públicas e, dentre estas, um percentual de negros (considerados aí pretos e pardos conforme as estatísticas oficiais) e indígenas igual à da população do estado em que a instituição esteja localizada.

O Brasil até hoje tem se constituído em um país de legislação a-racial. Esta mudança legal significa que agora os direitos serão atribuídos a partir da definição obrigatória em uma das categorias utilizadas pelo IBGE.

As cotas raciais ao serem introduzidas nos fazem sair necessariamente de um país que se queria misturado e onde a cor dos indivíduos não deveria influenciar a vida do cidadão para entrar no mundo dividido entre “raças”. Ou se é negro ou não se é negro legalmente.

Será que o ministro e seus assessores estão pensando nas consequências dessa mudança tão radical, esquecendo os seus receios iniciais? Será que os nossos representantes se dão conta de que essa mudança, aparentemente pequena, e um passo muito grande para a criação de um país dividido entre brancos e negros? Estarão

conscientes de que a introdução do sistema de cotas irá colocar a disputa por vagas em instituições privadas e públicas nas costas daqueles mais pobres que estão estudando em escolas públicas de qualidade duvidosa? A minha pesquisa nas escolas públicas no Rio de Janeiro revela a dimensão do problema que estará diante de nós nos anos vindouros com os legalmente negros duelando contra os legalmente brancos por vagas.

Opinião

► O comissariado que administra o cotidiano de algumas repartições públicas federais obedece à lógica estrita da militância partidária ideológica. Só assim entende-se que um site do Ministério da Educação destinado a dar acesso gratuito a obras clássicas privilegia apenas autores como Marx, Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo. Nada contra se outras correntes de pensamento também estivessem representadas. A visão unilateral é sempre pouco inteligente. No caso, deseduca. Ironicamente, por meio do MEC.

Publicado na coluna Opinião d'O Globo em 21 de dezembro

► O previsível aconteceu: para conseguir distribuir todas as bolsas

Não podemos saber como vai ser o futuro, certamente, mas é nossa responsabilidade pensar nas conseqüências possíveis de uma política dirigida para o ensino superior, mas com sérias implicações para a sociedade.

Ivonne Maggie é professora de antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

Este artigo foi publicado em O Globo de 27 de dezembro de 2004.

de estudo do programa Universidade para Todos, ProUni, o Ministério da Educação eliminará a exigência de nota mínima. Antes, o aluno carente e de escola pública precisava ter alcançado no mínimo a nota 4, 5 no Exame Nacional do Ensino Médio, para entrar numa faculdade particular, bancado pelo governo. Como restaram 4 939 vagas, a porta será aberta de vez. Tem-se de admitir que o MEC é coerente: como nas cotas raciais, também no ProUni o conceito do mérito foi arquivado. A seleção dos profissionais ficará então para ser feita no futuro pelo mercado de trabalho. Independentemente da cor e nível de renda.

Publicado na coluna Opinião d' O Globo em 27 de janeiro.

Alterações no Estatuto da A³P

Considerando a obrigatoriedade de alterar o Estatuto para adaptá-lo ao novo Código Civil, a Assembléia foi convocada e se reuniu no dia 22 de dezembro, tendo aprovado as alterações adicionais que haviam sido propostas pela Diretoria e apoiadas pelo Conselho Diretor.

As principais alterações além das obrigatórias pelo novo Código Civil são:

1. Redução no número de diretores eleitos pelo Conselho Diretor. A Diretoria a partir do próximo mandato será composta pelo presidente, dois vice-presidentes, dois diretores tesoureiros, um diretor social, um diretor administrativo e um diretor técnico-cultural. Caso haja necessidade, a Diretoria poderá selecionar vice-diretores para auxiliarem os diretores.
2. A Diretoria se reunirá pelo menos uma vez por trimestre (a Diretoria tem por norma reunir-se todos os meses e pretende manter essa regularidade).
3. Os membros eleitos pela Assembléia para o Conselho Diretor serão progressivamente reduzidos dos atuais 29 para 15. Além desses quinze, o Conselho Diretor será composto pelos membros da Diretoria, pelos ex-presidentes, pelo diretor da Escola Politécnica, pelo presidente da FEBRAE, pelo presidente do Clube de Engenharia e, sem direito a voto, pelos associados honorários e pelo presidente do Centro Acadêmico da Escola Politécnica.
4. A Assembléia Ordinária ocorrerá uma vez por ano, no primeiro trimestre de cada ano para apreciação do relatório de atividades e de contas relativos ao exercício anterior, para eleição e posse dos associados efetivos para comporem o terço anualmente renovável dos membros elegíveis para o Conselho Diretor e trienalmente dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal. A Assembléia Extraordinária será convocada sempre que se fizer oportuna.

A íntegra do novo Estatuto contendo essas e outras alterações em relação ao estatuto anterior, encontra-se na nossa página www.a3p.kit.net.

Novos associados da A³P

No decorrer de 2004 foram admitidos setenta e cinco novos associados que são a seguir relacionados.

Abelardo Ribeiro Garcia	1949	Rafael Coloneze de Pinho	2002
Adriana Oliveira Matos		Ranny Loureiro Xavier	2003
Alberto Ortigão	1971	Raphael de Oliveira Leite	2002
Alex Melo Silva	2003	Raphael Miguez Nogueira	2003
Alexandre Emosky Barbosa	2003	Raquel Maciel dos Santos	2003
Amaury Simões Xavier	2003	Samir Yasser Aiello Daychoum	2008
André Luiz da Silva Velloso	2003	Setsuko Eugênia Kodana de Souza	2002
André Luiz de Miranda Magalhães		Vanessa Alves dos Santos	2003
Bruno Borba Leite	2003	Walter do Couto Pfeil	1948
Bruno Moczdlower	2002	Willy Lacerda	1958
Carlos Guilherme Almeida Genúncio	2003	Yoriko Siqueira Saito	2002
Celina Alves da Silva	2007	Leonardo Corrêa Fatella	2002
Christian de Freitas Alves	2003	Camila Croce Pedro	2002
Daniel Galiano de Menezes Pimentel	2003	Gabriel Filcenzwalb	2003
Diogo Rodrigues da Costa Junior	2003	Luciana Duarte March	2003
Fabiana P. carneiro	2007	Joana Francisca faria Rabello	2003
Fábio de Assis Clevelário	2003	Adriano Luiz Gomes Ribeiro	2002
Fábio Lattario Fonseca	2003	Fernando Wilson Lugon	2004
Felipo Corrêa Machado	2003	Carlos Antonio Levi da Conceição	1973
Fernando Moreira d'Affonseca	1950	Francisco Eduardo Ferreira Ascenso	1996
Gilberto José Xavier Cardoso Junior		Taisa Silveira Bacharini	203
José Buarque de Macedo Filho	1949	Ricardo Rezende Ramos	2003
José de Barros Ramalho Ortigão Junior	1945	Paulo Sérgio Miranda Gabriel	2003
Joseir Gandra Percy	2003	Paulo Maurício Peixoto da Silva	2003
Juliana Ferreira Pinto Ururahy		Rodrigo Ribeiro Novaes	2003
Leonardo Almeida Brandão	2002	Raphael Barata Kazal	2003
Liliane Taira Oliveira	2002	David Abreu Maia	2003
Luiz Antônio Ribeiro Vinhas Junior		Eleandro Meira de Oliveira	2003
Luiz Carlos Soares	1949	Luiz Guilherme Uzeda Garcia	2003
Márcio Rezende de Castro	1993	Murilo Arruda	2002
Maria Clara Cerqueira Paranhos	2003	Bruna Figueiredo Maneschy	2003
Maria de Alcântara Moreira	2007	Felipe Pereira Jorge de Barros	2003
Mariana Lopes Carneiro de Albuquerque	2003	Miguel Fernandez y Fernandez	1970
Mário Roberto Sebelllela Junior		Eduardo Tenório Bastos	2006
Max Rodrigues Junqueira	2002	Ugo Alvarenga Fernandez y Fernandez	2008
Oumar Diene Roberto Pereira Brandão		Miguel Alvarenga Fernandez y Fernandez	2005
Paulo Alexandre Pinto Pires	2003	Bruno Eduardo Moreira	2006
Paulo Miguel Pires	1970		